

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS QUIROGRAFÁRIAS DA
PRIMEIRA EMISSÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller 116, 36º andar e salas 3402 e 3702, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.042.730/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar a presente "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis Quirografárias da Primeira Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional" ("Escritura de Emissão"), de acordo com os seguintes termos e condições:

I

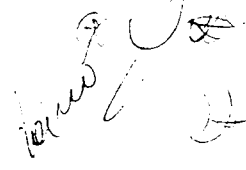
DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 10 de janeiro de 2002 ("AGE"), tendo sido delegada ao conselho de administração competência para (i) alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"); e (ii) cancelar as debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

II

DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação da ata da assembléia geral extraordinária.*
A ata da assembléia geral extraordinária que deliberou sobre a emissão





das Debêntures deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Gazeta Mercantil";

- II. *registro desta Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão deverá ter sido registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix") e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio do Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"); e
- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

- 3.1 *Objeto social da Emissora.* A Emissora tem por objeto social a fabricação, a transformação, a comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos, bem como o estabelecimento e exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins que possam direta ou indiretamente interessar às finalidades da Emissora, tais como indústrias de mineração e de transporte, atividades de operação portuária de navegação e de construção, fabricação e montagem de estruturas metálicas.
- 3.2 *Número da emissão.* Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

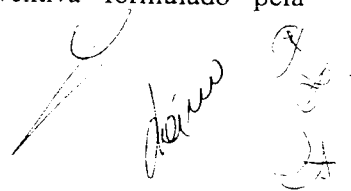

2

- 3.3 *Valor total da emissão.* O valor total desta emissão é de R\$690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"), sendo que sempre que houver previsão, nesta Escritura de Emissão, sobre atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures de determinada série, a referência a Valor Nominal deverá ser entendida como sendo referência ao Valor Nominal devidamente atualizado de tais Debêntures.
- 3.5 *Quantidade.* Serão emitidas 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures.
- 3.6 *Séries.* A emissão será realizada em duas séries. A primeira série será composta de até 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures e a segunda série de até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, observado, entretanto, que (i) o número total das Debêntures colocadas, independentemente da série, não poderá exceder 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures; (ii) o número de Debêntures de cada série será determinado conjuntamente pela Emissora e os Coordenadores (conforme definido abaixo) de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se referem as Cláusulas 4.4.1 e 5.4.4 abaixo; e (iii) a Emissora não poderá colocar as Debêntures da segunda série antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.7 *Conversibilidade e forma.* As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, ou por qualquer outra instituição financeira ou entidade autorizada a prestar tal serviço que, por decisão mútua do conselho de administração da Emissora e do Agente Fiduciário, venha a substituí-lo ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures depositadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem depositadas na CBLC.
- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.

- 3.9 *Limite de emissão.* O capital social da Emissora nesta data é de R\$1.680.947.363,71 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, novecentos e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), estando a presente emissão, portanto, dentro dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.10 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a ser organizado pelos coordenadores desta emissão ("Coordenadores") de acordo com o disposto nas Cláusulas 4.4.1 e 5.4.4 abaixo, observado, entretanto, que (i) o número total das Debêntures colocadas, independentemente da série, não poderá exceder 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures; (ii) o número de Debêntures de cada série será determinado conjuntamente pela Emissora e os Coordenadores de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se referem as Cláusulas 4.4.1 e 5.4.4 abaixo; e (iii) as Debêntures da segunda série não serão colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.11 *Direito de preferência.* Não haverá direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos acionistas da Emissora.
- 3.12 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2002 ("Data de Emissão").
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas na data da publicação do anúncio de início de distribuição ("Data de Subscrição"). A subscrição será efetuada unicamente por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas à vista e em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, pelo seu Valor Nominal (devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.1 abaixo, quando se tratar de Debêntures da segunda série) acrescido da remuneração a que fizerem jus (*i.e.*, Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) e, em conjunto, doravante simplesmente "Remuneração"), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.

- 3.14 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.
- 3.15 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, observadas as regras estabelecidas pela CVM, mediante pagamento (i) do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*; e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor apurado de acordo com o item (i) acima, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate parcial será realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 3.16 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.
- 3.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da presente Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

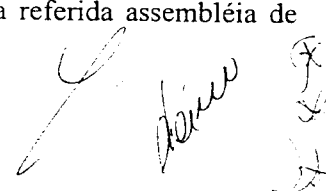
- 3.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 3.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.
- 3.21 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso. Caso o jornal "Gazeta Mercantil" deixe de ser publicado, os debenturistas decidirão o jornal substituto, a partir de lista tríplice de jornais com edição nacional apresentada pela Emissora aos debenturistas em assembléia convocada para este fim.
- 3.22 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.22.1 e 3.22.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.22.2 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:
- I. decretação de falência da Emissora, ou de qualquer controlada da Emissora, ou pedido de concordata preventiva formulado pela



Emissora, ou por qualquer controlada da Emissora, ou ainda a liquidação da Emissora;

- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva data de vencimento original;
- III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão (que não seja a mencionada no inciso II acima), não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário;
- IV. as declarações previstas na Cláusula 11.1 abaixo provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- V. protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), reajustado anualmente, a partir desta data, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelas controladas da Emissora, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência;
- VI. a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, deixar de pagar quaisquer dívidas financeiras em valor unitário igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, se tal não pagamento não for sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de vencimento de tal pagamento;
- VII. quaisquer dívidas financeiras da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora, em valor unitário igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, vençam antecipadamente, exceto se tal vencimento antecipado ocorrer por opção da Emissora (ou da controlada da Emissora, conforme o caso), neste caso desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento;

- VIII. as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- IX. a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia;
- X. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de mais de 80% dos seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, ou suas controladas, conforme o caso, desde que tal desapropriação, confisco ou qualquer outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Emissora nas obrigações relativas às Debêntures;
- XI. não pagamento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou suas controladas, em valor unitário superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para pagamento; e
- XII. ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, ou de suas controladas, cujo valor contábil unitário seja superior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada à época, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo máximo 60 (sessenta) dias contados de seu início.
- 3.22.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Cláusula 3.22 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos III, X, XI e XII da Cláusula 3.22 acima, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembléia de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de



debenturistas, debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação mais uma Debênture, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 3.22.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 3.22 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 13.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.22 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.

IV

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

- 4.1 *Quantidade.* A primeira série será composta por até 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures.
- 4.2 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da primeira série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2005 ("Data de Vencimento da Primeira Série").
- 4.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única vez na Data de Vencimento da Primeira Série.
- 4.4 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios equivalentes à taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa efetiva ao ano ("Sobretaxa"), a ser definida de acordo com o disposto na Cláusula

4.4.1 abaixo ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.4.1 *Bookbuilding*. Para definição da Sobretaxa e obtenção de informações para que a Emissora defina, juntamente com os Coordenadores, o número de Debêntures da primeira série, será adotado o processo de *bookbuilding* a ser organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificará em reunião a Sobretaxa apurada no processo de *bookbuilding* e a quantidade de Debêntures da primeira série definida conjuntamente pela Emissora e os Coordenadores, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima, devendo a Remuneração da Primeira Série assim apurada e a quantidade de Debêntures da primeira série assim definida pela Emissora e os Coordenadores ser inseridas na Escritura de Emissão, mediante aditamento, e ser publicadas no anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

4.4.2 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Primeira Série*. A Remuneração da Primeira Série será paga em 6 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2002 e o último em 1º de fevereiro de 2005.

4.4.3 *Fórmula de cálculo da Remuneração da Primeira Série*. A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração da Primeira Série a ser paga na data do seu pagamento;

VN = Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f} =$ Produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f ;

$f =$ número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

$FI_j =$ fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP;

$dj =$ número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI; e

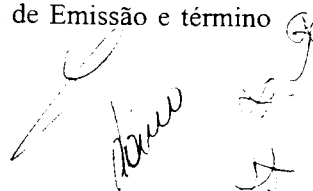
$S =$ fator da Sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

$s =$ Sobretaxa a ser definida em processo de *bookbuilding* nos termos da Cláusula 4.4.1; e

$du =$ número de dias úteis de cada Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" da Remuneração da Primeira Série o intervalo de tempo durante o qual a Remuneração da Primeira Série será acumulada de forma exponencial. O valor da Remuneração da Primeira Série será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures da primeira série. O pagamento da Remuneração da Primeira Série será exigível somente no final do Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. O primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término



na data do primeiro pagamento de Remuneração da Primeira Série. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento do Período de Capitalização anterior, inclusive, e término na data de pagamento da Remuneração da Série seguinte, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

4.4.4 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 4.4.4.1, caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.4.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI nos termos acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas titulares das Debêntures da primeira série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures da primeira série, à qual será aplicada a mesma Sobretaxa definida no processo de *bookbuilding* de que trata a Cláusula 4.4.1 acima, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures da primeira série, sejam as mesmas remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da primeira série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da primeira série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias contadas da data de encerramento da assembléia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida,

no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

- 5.1 *Quantidade.* A segunda série será composta por até 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
- 5.2 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures da segunda série será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2006 ("Data de Vencimento da Segunda Série").
- 5.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única vez na Data de Vencimento da Segunda Série.
- 5.4 *Remuneração.* As Debêntures da segunda série farão jus à remuneração prevista nesta Cláusula ("Remuneração da Segunda Série").
- 5.4.1 *Atualização monetária.* O Valor Nominal das Debêntures da segunda série será atualizado a partir da data de emissão monetariamente pela variação do IGP-M, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, da Data de Emissão à data do respectivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo.

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp1}{dcl1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp2}{dcl2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcpn}{dcln}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor Nominal atualizado;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso;

NI₀ = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

- NI_1 = valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;
- NI_2 = valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;
- NI_n = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização² até a data de aniversário³ das Debêntures da segunda série;
- NI_{n-1} = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";
- dcp = número de dias úteis da última data-base⁴ até a data de atualização;
- dct = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base⁴.

Observações:

1) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão

$$\left(\frac{NI_{n-1}}{NI_{n-2}} \right) \cdot$$

2) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão.

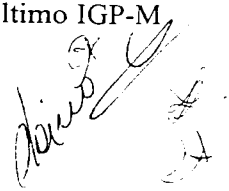
3) Considera-se data de aniversário a data de pagamento de juros conforme definido na Cláusula 5.4.5 abaixo.

4) Considera-se data-base o primeiro dia útil de cada mês.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

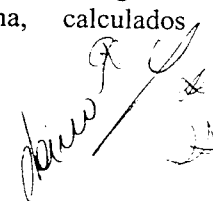
- 5.4.2 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização do IGP-M.* Observado o disposto na Cláusula 5.4.2.1 abaixo, caso o IGP-M não esteja disponível quando da data de apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último IGP-M.



que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação do IGP-M que deveria ter sido aplicado para o cálculo de tal obrigação pecuniária da Emissora.

5.4.2.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGP-M, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será adotado, automaticamente, o novo índice de inflação que vier a ser divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV") em substituição ao IGP-M. Caso a FGV não divulgue índice em substituição ao IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas titulares das Debêntures da segunda série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de atualização monetária das Debêntures da segunda série a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das Debêntures da segunda série, remunerar-as nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da segunda série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da segunda série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu Valor Nominal (atualizado de acordo com a Cláusula 5.4.1 acima), acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encerramento da assembléia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizado, para fins de correção monetária do Valor Nominal, a variação percentual do IGP-M verificada no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

5.4.3 *Juros Remuneratórios.* Às Debêntures da segunda série serão conferidos juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o disposto na Cláusula 5.4.4 abaixo, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série atualizado na forma da Cláusula 5.4.1 acima, calculados



exponencialmente por dias úteis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se "Período de Capitalização" da Remuneração da Segunda Série como o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

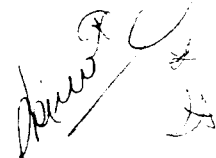
J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = Valor Nominal devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.1 acima;

Taxa = juros remuneratórios a serem fixados de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 5.4.4 abaixo; e

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior.

- 5.4.4 *Bookbuilding*. Para definição dos juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série e obtenção das informações para que a Emissora defina, em conjunto com os Coordenadores, o número de Debêntures da segunda série, será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificará em reunião os juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série apurados no processo de *bookbuilding* e a quantidade de Debêntures da segunda série definida conjuntamente com os Coordenadores, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima, devendo os juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série assim apurados e a quantidade de debêntures da segunda série assim definida.



pela Emissora e os Coordenadores ser inseridos na Escritura de Emissão, mediante aditamento, e ser publicados no anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

- 5.4.5 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Segunda Série.* A Remuneração da Segunda Série será paga em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2003 e o último em 1º de fevereiro de 2006.

VI

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados para prover à Emissora um colchão de liquidez e para pagamento de compromissos financeiros futuros da Emissora e/ou de suas controladas.

VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

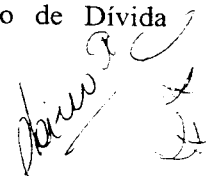
I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia das demonstrações financeiras auditadas e, quando exigido pela legislação aplicável, consolidadas relativas a cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
- (ii) cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil juntamente com declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados data de encerramento do respectivo trimestre;

- (iii) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM n.º 202/93"), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
 - (iv) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como extratos de atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos debenturistas aqui previstos, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem arquivados na Junta Comercial;
 - (v) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - (vi) informações sobre ocorrência do previsto na Cláusula 3.22 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento;
 - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- III. submeter, anualmente, a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação pela agência de classificação de riscos *Moody's*, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos por tal agência classificadora no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento pela Emissora, obrigando-se, ainda a submeter a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação de uma segunda agência classificadora de riscos, se assim for exigido pela legislação aplicável para enquadramento de investimento de investidores institucionais;
- IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no

artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;

- V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.2.6 abaixo;
- VI. estruturar ou manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para tal fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
- VII. manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- VIII. não realizar operação, negócio ou atividade que contrarie o disposto no seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes;
- IX. enquanto houver Debêntures em circulação, não tomar parte em qualquer operação ou série de operações por meio das quais seja incorporada ou fundida a qualquer outra Pessoa (conforme definido abaixo) ou permitir que qualquer Pessoa seja a ela incorporada ou, ainda, vender, arrendar ou de outro modo alienar ou transferir, todos os seus ativos permanentes ou parcela substancial dos mesmos a qualquer Pessoa, a menos que (i) a Emissora seja a empresa resultante de tal operação, ou a empresa resultante ("Sucessora") seja uma sociedade constituída no Brasil, em qualquer estado dos Estados Unidos da América ou em outro país *investment grade* e assuma expressamente o pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Emissora relacionados às Debêntures; e (ii) após a ocorrência de tal evento, a Emissora ou a Sucessora, não estejam descumprindo qualquer dos compromissos ou obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão; e
- X. enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora se compromete a não criar ou permitir a existência de qualquer Garantia outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de receitas ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito e não integralizado), destinada a garantir qualquer Emissão de Dívida



Externa (conforme definido abaixo) ou garantia sobre ela, exceto no que diz respeito a garantias relacionadas a Emissão de Dívida Externa que não exceda, em seu valor agregado, o equivalente a 30% do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) da Emissora por ocasião da concessão de tal garantia, sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures e as obrigações da Emissora contidas na Escritura de Emissão, conforme o caso, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, como igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado por debenturistas reunidos em assembléia extraordinária.

Para os fins dessa cláusula, entende-se por:

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo mas não se limitando a qualquer outro criado ou existente de acordo com a legislação brasileira.

"Garantias Permitidas": qualquer Garantia criada sobre créditos advindos de contratos celebrados pela Emissora, representando créditos a receber devidos à Emissora relacionados a vendas de aço ou derivados efetuadas pela Emissora a qualquer Pessoa.

"Recebíveis": recebíveis relacionados a vendas, sejam elas passadas, presentes ou futuras.

"Dívida": qualquer obrigação ou valor devido (presente ou futuro, real ou contingente) por força de instrumento ou documento envolvendo ou evidenciando empréstimos de dinheiro ou recursos recebidos, adiantamentos de crédito, venda sob condição, transferências com coobrigação ou condicionada à obrigação de recompra ou decorrente de arrendamento com os mesmos efeitos econômicos que qualquer dos instrumentos acima mencionados e que constitua, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, obrigação financeira.

"Dívida Externa": qualquer Dívida pagável (ou passível de pagamento) (i) em moeda, ou atrelada a moeda, que não a moeda corrente no Brasil por ocasião de tal pagamento; e (ii) a Pessoa não residente no Brasil.

"Emissão de Dívida Externa ": qualquer Dívida Externa, seja ela presente ou futura, real ou contingente, representada por títulos, debêntures ou outros valores mobiliários que sejam, no momento ou futuramente, listados ou negociados em qualquer bolsa, sistema de

negociação automatizado, mercado de balcão ou outro mercado de títulos e valores mobiliários fora do Brasil.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.



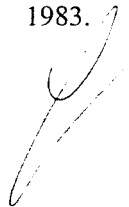
"Patrimônio Líquido": significa, a qualquer tempo, o montante de capital integralizado, reservas e lucros acumulados relacionados nas Demonstrações Financeiras mais recentes da Emissora.

"Demonstrações Financeiras": as mais recentes demonstrações financeiras da Emissora entregues ao Agente Fiduciário de acordo com as disposições desta Escritura de Emissão.

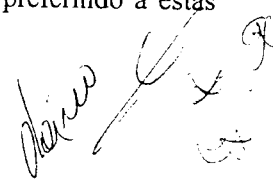
VIII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei:
- I. não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições; e
 - IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.



- 8.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 8.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura de Emissão, uma remuneração trimestral de R\$2.591,25 (dois mil quinhentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), vencendo-se o primeiro pagamento na data de assinatura desta Escritura de Emissão e os demais no mesmo dia do trimestre subsequente, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 8.2.1 A remuneração do Agente Fiduciário referida nesta Cláusula não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 8.2.6 abaixo.
- 8.2.2 Na hipótese desta Escritura de Emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações para o Agente Fiduciário, a remuneração será revista de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.
- 8.2.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração trimestral recebida e aquela a que fez jus.
- 8.2.4 A remuneração trimestral do Agente Fiduciário será atualizada pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente, a partir de 1º de dezembro de 2001, até as datas de cada pagamento, calculada *pro rata* dia se necessário.
- 8.2.5 A remuneração será acrescida apenas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- 8.2.6 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas



na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- II. extração de certidões;
- III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
- IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

8.2.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. No caso de inadimplemento pela Emissora de obrigação de pagar, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência

- 8.2.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:
- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
 - II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
 - IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
 - V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da Cláusula 3.21 acima; e
 - VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

8.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, sempre que julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas e necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de

protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, relativas à Emissora;

- XII. solicitar, quando houver indícios que justifiquem, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIV. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, pagamento do Valor Nominal, de Remuneração e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.22 acima; e
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. colocar o relatório de que trata o inciso XV acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na Bovespa; e
 - (v) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- XVII. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXI abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
- XX. comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXI abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;
- XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo

costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

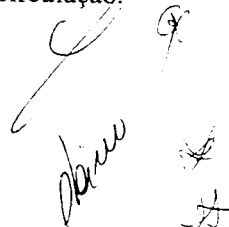
- (i) à CVM;
- (ii) à Bovespa; e
- (iii) à Emissora;

XXII. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas, se emitidos.

8.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 3.22 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas detentores das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação dos debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação.



IX

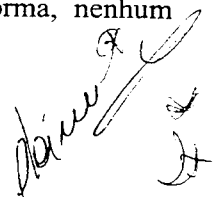
DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
- 9.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações dos *quoruns* para aprovação de determinadas matérias previstas nesta Escritura de Emissão, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação de votos dos debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora ou qualquer de suas controladas, subsidiárias ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembléias dos debenturistas.
- 9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

X

DA RENÚNCIA

- 10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes de emissão consubstanciada na presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum



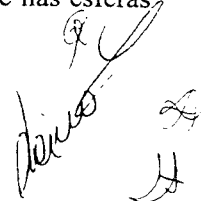
atraso em exercer, ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XI

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1 A Emissora neste ato declara que, nesta data:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
- III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, em vigor nesta data;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora;
- VI. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas àquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas



administrativas e/ou judiciais ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da Emissora.

11.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irrevogável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

11.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XII

DAS DESPESAS

12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora que deliberou sobre esta emissão de Debêntures.

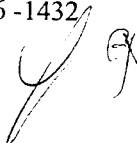
XIII

DAS NOTIFICAÇÕES

13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Rua Lauro Muller 116, 36º andar
22299-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor Jurídico
Telefone: (21) 2586-1436
Fac-símile: (21) 2586-1432



II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205r
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Juarez Dias Costas – Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

- 13.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

XIV

DO FORO


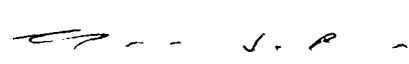
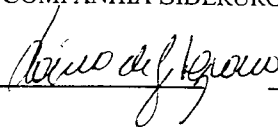
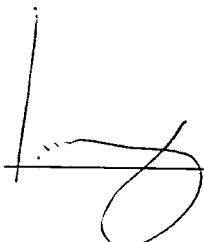
- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS QUIROGRAFÁRIAS DA
PRIMEIRA EMISSÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL(CONT.)

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2002

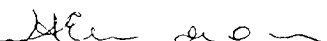
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL



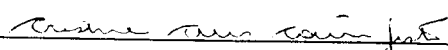
ESTA FOLHA É A CONTINUAÇÃO DA PÁGINA DE ASSINATURAS DA ESCRITURA
PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS QUIROGRAFÁRIAS
DA PRIMEIRA EMISSÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL




OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

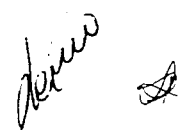

CPF: 313.480.767-04
HELEN DE OLIVEIRA THOMAS

Testemunhas:


Nome: Cristina Alves Corrêa Justo
Id.: 11242265-4 IFP


Nome: Mª Helena Ferreira
Id.: 04008858-5





PRIMEIRA RERRATIFICAÇÃO DA ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS QUIROGRAFÁRIAS DA
PRIMEIRA EMISSÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL, companhia aberta, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller 116, 36º andar e salas 3402 e 3702, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.042.730/0001-04, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

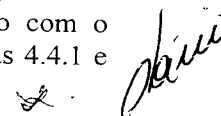
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu contrato social, como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debêntures");

resolvem celebrar a primeira rerratificação da "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis Quirografárias da Primeira Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional" datada de 10 de janeiro de 2002, que, nos termos desta "Primeira Rerratificação da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Não Conversíveis Quirografárias da Primeira Emissão da Companhia Siderúrgica Nacional" ("Escritura de Emissão"), passa, para todos os fins de direito, a constar com os seguintes termos e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 10 de janeiro de 2002 ("AGE") e nas deliberações da reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 20 de fevereiro de 2002.
- 1.2 A AGE delegou ao conselho de administração competência para (i) deliberar, se necessário, sobre alterações de determinadas condições das Debêntures aqui dispostas, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei n.º 6.404/76"); (ii) fixar a remuneração e o número de Debêntures de cada série de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* a que se referem as Cláusulas 4.4.1 e



5.4.4 abaixo, observado o valor total da emissão aprovado na assembléia mencionada na Cláusula 1.1 acima; e (iii) cancelar as Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria, neste caso após declaração do Agente Fiduciário sobre a regularidade do cancelamento.

II

DOS REQUISITOS

2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da assembléia geral extraordinária e da reunião do conselho de administração.* A ata da assembléia geral extraordinária que deliberou sobre a emissão das Debêntures foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 2002, sob o n.º 1213788, e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", no "Jornal do Commercio" e no jornal "Gazeta Mercantil" em 11 de janeiro de 2002. A ata da reunião do conselho de administração que deliberou sobre a remuneração e quantidade das Debêntures de cada série deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", no "Jornal do Commercio" e no jornal "Gazeta Mercantil";
- II. *registro desta Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão deverá ter sido registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- III. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A emissão deverá ter sido registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- IV. *registro no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix") e no Sistema Nacional de Debêntures ("SND").* A emissão deverá ter sido registrada para negociação no mercado secundário por meio do Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e do SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP");
e

- V. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")*. A emissão deverá ser registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID aprovado em assembléia geral realizada em 27 de agosto de 1998.

III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES

- 3.1 *Objeto social da Emissora*. A Emissora tem por objeto social a fabricação, a transformação, a comercialização, inclusive a importação e exportação de produtos siderúrgicos, bem como o estabelecimento e exploração de quaisquer outras atividades correlatas e afins que possam direta ou indiretamente interessar às finalidades da Emissora, tais como indústrias de mineração e de transporte, atividades de operação portuária de navegação e de construção, fabricação e montagem de estruturas metálicas.
- 3.2 *Número da emissão*. Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de Debêntures da Emissora.
- 3.3 *Valor total da emissão*. O valor total desta emissão é de R\$690.000.000,00 (seiscentos e noventa milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 3.4 *Valor nominal*. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"), sendo que sempre que houver previsão, nesta Escritura de Emissão, sobre atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures de determinada série, a referência a Valor Nominal deverá ser entendida como sendo referência ao Valor Nominal devidamente atualizado de tais Debêntures.
- 3.5 *Quantidade*. Serão emitidas 69.000 (sessenta e nove mil) Debêntures.
- 3.6 *Séries*. A emissão será realizada em duas séries. A primeira série será composta de 54.000 (cinquenta e quatro mil) Debêntures e a segunda série de 15.000 (quinze mil) Debêntures, observado, entretanto, que a Emissora não poderá colocar as Debêntures da segunda série antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.7 *Conversibilidade e forma*. As Debêntures serão não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou

certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por extrato emitido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, ou por qualquer outra instituição financeira ou entidade autorizada a prestar tal serviço que, por decisão mútua do conselho de administração da Emissora e do Agente Fiduciário, venha a substituí-lo ("Instituição Depositária"). Adicionalmente, para as Debêntures depositadas no SND, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures depositadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem depositadas na CBLC.

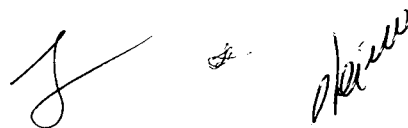
- 3.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.9 *Limite de emissão.* O capital social da Emissora nesta data é de R\$1.680.947.363,71 (um bilhão, seiscentos e oitenta milhões, novecentos e quarenta e sete mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), estando a presente emissão, portanto, dentro dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76.
- 3.10 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, devendo a distribuição ser efetivada de acordo com o resultado do processo de *bookbuilding* organizado pelos coordenadores desta emissão ("Coordenadores") de acordo com o disposto nas Cláusulas 4.4.1 e 5.4.4 abaixo, observado, entretanto, que as Debêntures da segunda série não serão colocadas antes de colocadas todas as Debêntures da primeira série ou cancelado o saldo não colocado.
- 3.11 *Direito de preferência.* Não haverá direito de preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos acionistas da Emissora.
- 3.12 *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de fevereiro de 2002 ("Data de Emissão").
- 3.13 *Prazo de subscrição e forma de integralização.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures serão subscritas na data da segunda publicação do anúncio de início de distribuição ("Data de Subscrição"). A subscrição será

efetuada unicamente por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas à vista e em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, pelo seu Valor Nominal (devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.1 abaixo, quando se tratar de Debêntures da segunda série) acrescido da remuneração a que fizerem jus (*i.e.*, Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) e, em conjunto, doravante simplesmente "Remuneração"), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Subscrição.

- 3.14 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário no Bovespa Fix e no SND.
- 3.15 *Resgate antecipado facultativo.* A Emissora poderá resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, observadas as regras estabelecidas pela CVM, mediante pagamento (i) do Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*; e (ii) de prêmio de reembolso equivalente a 1% (um por cento), incidente sobre o valor apurado de acordo com o item (i) acima, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de resgate. O resgate parcial será realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76 e demais normas aplicáveis. As Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula deverão ser canceladas.
- 3.16 *Aquisição facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma série em circulação.
- 3.17 *Encargos moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força da presente Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplimento até a data do

efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

- 3.18 *Decadência dos direitos aos acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 3.19 *Local de pagamento.* Os pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam depositadas no SND ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.
- 3.20 *Prorrogação dos prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.
- 3.21 *Publicidade.* Exceto os anúncios de início e de encerramento de distribuição, que serão publicados somente no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no "Jornal do Commercio" e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, o mínimo de 10 (dez) dias úteis contados da data da última publicação do aviso. Caso o jornal "Gazeta Mercantil" deixe de ser publicado, os debenturistas decidirão o jornal substituto, a partir de lista tríplice de jornais com edição nacional apresentada pela Emissora aos debenturistas em assembléia convocada para este fim. O jornal substituto que vier a ser escolhido pelos debenturistas nos termos desta Cláusula deverá ser



utilizado pela Emissora para publicação de seus demais atos societários e informações da Emissora.

3.22 *Vencimento antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 3.22.1 e 3.22.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, de acordo com o previsto na Cláusula 3.22.2 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. decretação de falência da Emissora, ou de qualquer controlada da Emissora, ou pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora, ou por qualquer controlada da Emissora, ou ainda a liquidação da Emissora;
- II. não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva data de vencimento original;
- III. falta de cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão (que não seja a mencionada no inciso II acima), não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário;
- IV. as declarações previstas na Cláusula 11.1 abaixo provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- V. protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), reajustado anualmente, a partir desta data, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pelas controladas da Emissora, conforme o caso, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da sua ocorrência;

- VI. a Emissora, ou qualquer controlada da Emissora, deixar de pagar quaisquer dívidas financeiras em valor unitário igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, se tal não pagamento não for sanado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de vencimento de tal pagamento;
- VII. quaisquer dívidas financeiras da Emissora ou de qualquer controlada da Emissora, em valor unitário igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, vençam antecipadamente, exceto se tal vencimento antecipado ocorrer por opção da Emissora (ou da controlada da Emissora, conforme o caso), neste caso desde que não tenha ocorrido qualquer inadimplemento;
- VIII. as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- IX. a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em assembléia;
- X. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de mais de 80% dos seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, ou suas controladas, conforme o caso, desde que tal desapropriação, confisco ou qualquer outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Emissora nas obrigações relativas às Debêntures;
- XI. não pagamento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou suas controladas, em valor unitário superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), atualizado anualmente, a partir desta data, pelo IGP-M, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data estipulada para pagamento; e
- XII. ocorrência de qualquer procedimento de seqüestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora, ou de suas controladas, cujo valor contábil unitário seja superior a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração

financeira publicada à época, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo máximo 60 (sessenta) dias contados de seu início.

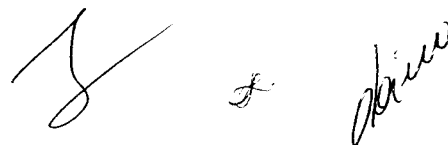
- 3.22.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos I, II, IV, V, VI, VII, VIII e IX da Cláusula 3.22 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos nos incisos III, X, XI e XII da Cláusula 3.22 acima, e estando estes eventos ainda não sanados, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data em que for constatada sua ocorrência, assembleia de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia de debenturistas, debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação mais uma Debênture, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 3.22.2 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso II da Cláusula 3.22 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 13.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.17 acima, que, na hipótese prevista no inciso II da Cláusula 3.22 acima, serão calculados desde a data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados.



IV

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA PRIMEIRA SÉRIE

- 4.1 *Quantidade.* A primeira série será composta por 54.000 (cinquenta e quatro mil) Debêntures, tendo este número sido determinado de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.1 abaixo.
- 4.2 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures da primeira série será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2005 ("Data de Vencimento da Primeira Série").
- 4.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única vez na Data de Vencimento da Primeira Série.
- 4.4 *Remuneração.* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios equivalentes à taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa efetiva ao ano de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ("Sobretaxa"), definida de acordo com o disposto na Cláusula 4.4.1 abaixo ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira série desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.
- 4.4.1 *Bookbuilding.* Para definição da Sobretaxa e obtenção de informações para que a Emissora definisse, juntamente com os Coordenadores, o número de Debêntures da primeira série, foi adotado processo de *bookbuilding* organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2002, a Sobretaxa apurada no processo de *bookbuilding* e a quantidade de Debêntures da primeira série definida conjuntamente pela Emissora e os Coordenadores, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima.



4.4.2 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série será paga em 6 (seis) parcelas semestrais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de agosto de 2002 e o último em 1º de fevereiro de 2005.

4.4.3 *Fórmula de cálculo da Remuneração da Primeira Série.* A Remuneração da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração da Primeira Série a ser paga na data do seu pagamento;

VN = Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = Produto dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f ;

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI_j = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{\text{Taxa DI}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

Taxa DI = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI; e



S = fator da Sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

s = 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, definida em processo de *bookbuilding* nos termos da Cláusula 4.4.1; e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização

Define-se "Período de Capitalização" da Remuneração da Primeira Série o intervalo de tempo durante o qual a Remuneração da Primeira Série será acumulada de forma exponencial. O valor da Remuneração da Primeira Série será agregado ao Valor Nominal para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures da primeira série. O pagamento da Remuneração da Primeira Série será exigível somente no final do Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão. O primeiro Período de Capitalização tem início na Data de Emissão e término na data do primeiro pagamento de Remuneração da Primeira Série. Os demais Períodos de Capitalização têm início na data de pagamento do Período de Capitalização anterior, inclusive, e término na data de pagamento da Remuneração da Série seguinte, cada Período de Capitalização sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

4.4.4 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI.*

Observado o disposto na Cláusula 4.4.4.1, caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.4.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada no lugar da Taxa DI, automaticamente, taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na impossibilidade de substituição da Taxa DI nos termos acima, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas titulares das Debêntures da primeira série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à

convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial de remuneração das Debêntures da primeira série, à qual será aplicada a mesma Sobretaxa definida no processo de *bookbuilding* de que trata a Cláusula 4.4.1 acima, de forma que, além de se preservar o valor real das Debêntures da primeira série, sejam as mesmas remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da primeira série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da primeira série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração da Primeira Série até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias contadas da data de encerramento da assembléia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, no momento imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

V

DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA SEGUNDA SÉRIE

- 5.1 *Quantidade.* A segunda série será composta por 15.000 (quinze mil) Debêntures, tendo este número sido determinado de acordo com o disposto na Cláusula 5.4.4 abaixo.
- 5.2 *Prazo e data de vencimento.* O prazo das Debêntures da segunda série será de 4 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2006 ("Data de Vencimento da Segunda Série").
- 5.3 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal será pago em 1 (uma) única vez na Data de Vencimento da Segunda Série.

- 5.4 *Remuneração.* As Debêntures da segunda série farão jus à remuneração prevista nesta Cláusula ("Remuneração da Segunda Série").
- 5.4.1 *Atualização monetária.* O Valor Nominal das Debêntures da segunda série será atualizado a partir da data de emissão monetariamente pela variação do IGP-M, calculado de forma *pro rata temporis* por dias úteis, se necessário, da Data de Emissão à data do respectivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo.

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor Nominal atualizado;

VNe = Valor Nominal;

NI₀ = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização² até a data de aniversário³ das Debêntures da segunda série;

NI_{n-1} = valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dcp = número de dias úteis da última data-base⁴ até a data de atualização;

dct = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base⁴.

Observações:

- 1) Caso no mês de atualização o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão

$$\left(\frac{NI_{n+1}}{NI_{n-2}} \right) \cdot$$

- 2) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão.
- 3) Considera-se data de aniversário a data de pagamento de juros conforme definido na Cláusula 5.4.5 abaixo.
- 4) Considera-se data-base o primeiro dia útil de cada mês.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.4.2 *Não divulgação, extinção ou impossibilidade legal de utilização do IGP-M.*

Observado o disposto na Cláusula 5.4.2.1 abaixo, caso o IGP-M não esteja disponível quando da data de apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicado o último IGP-M que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos debenturistas, quando da divulgação do IGP-M que deveria ter sido aplicado para o cálculo de tal obrigação pecuniária da Emissora.

- 5.4.2.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após a data esperada para sua divulgação, de extinção do IGP-M, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será adotado, automaticamente, o novo índice de inflação que vier a ser divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV") em substituição ao IGP-M. Caso a FGV não divulgue índice em substituição ao IGP-M, o Agente Fiduciário deverá convocar assembléia geral de debenturistas titulares das Debêntures da segunda série, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data do evento que der causa à convocação da referida assembléia geral de debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de atualização monetária das Debêntures da segunda série a ser aplicado, que, além de preservar o valor real das Debêntures da segunda série, remunerar-as nos mesmos níveis anteriores. Caso debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da segunda série em circulação, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures da segunda série em circulação deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu Valor Nominal

(atualizado de acordo com a Cláusula 5.4.1 acima), acrescido da Remuneração da Segunda Série devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de encerramento da assembléia a que se refere esta Cláusula. O resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de resgate, conforme o caso, fica desde já acordado que será utilizado, para fins de correção monetária do Valor Nominal, a variação percentual do IGP-M verificada no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à data do evento que der causa à convocação da assembléia geral de debenturistas a que se refere esta Cláusula, calculada *pro rata temporis* desde a data do evento até a data em que os debenturistas e a Emissora chegarem a um acordo quanto ao novo parâmetro, ou até a data de pagamento do valor de resgate, conforme o caso.

- 5.4.3 *Juros Remuneratórios.* Às Debêntures da segunda série serão conferidos juros remuneratórios de 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), definidos de acordo com o disposto na Cláusula 5.4.4 abaixo, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda série atualizado na forma da Cláusula 5.4.1 acima, calculados exponencialmente por dias úteis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão até a data de pagamento dos juros remuneratórios, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se "Período de Capitalização" da Remuneração da Segunda Série como o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = Valor Nominal devidamente atualizado de acordo com as disposições da Cláusula 5.4.1 acima;

Taxa = 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento), fixados de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 5.4.4 abaixo; e

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior.

5.4.4 *Bookbuilding*. Para definição dos juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série e obtenção das informações para que a Emissora definisse, em conjunto com os Coordenadores, o número de Debêntures da segunda série, foi adotado procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o conselho de administração da Emissora ratificou, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2002, os juros remuneratórios da Remuneração da Segunda Série apurados no processo de *bookbuilding* e a quantidade de Debêntures da segunda série definida conjuntamente com os Coordenadores, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da emissão que, nos termos da Lei n.º 6.404/76, lhe foram delegados na assembléia geral extraordinária a que se refere a Cláusula 1.1 acima.

5.4.5 *Periodicidade de Pagamento da Remuneração da Segunda Série*. A Remuneração da Segunda Série será paga em 4 (quatro) parcelas anuais e sucessivas, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de fevereiro de 2003 e o último em 1º de fevereiro de 2006.

VI

DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a distribuição das Debêntures serão aplicados para prover à Emissora um colchão de liquidez e para pagamento de compromissos financeiros futuros da Emissora e/ou de suas controladas.



VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) cópia das demonstrações financeiras auditadas e, quando exigido pela legislação aplicável, consolidadas relativas a cada exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do término do respectivo exercício social;
- (ii) cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil juntamente com declaração de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados data de encerramento do respectivo trimestre;
- (iii) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM n.º 202/93"), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (iv) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, assim como extratos de atas de assembleias de acionistas e de reuniões do conselho de administração, desde que envolvam diretamente o interesse dos debenturistas aqui previstos, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem arquivados na Junta Comercial;
- (v) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;

- (vi) informações sobre ocorrência do previsto na Cláusula 3.22 acima, para que o Agente Fiduciário tome as providências cabíveis, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ocorrência do respectivo evento;
 - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
 - III. submeter, anualmente, a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação pela agência de classificação de riscos *Moody's*, disponibilizando ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos por tal agência classificadora no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento pela Emissora, obrigando-se, ainda a submeter a presente emissão de Debêntures à revisão e avaliação de uma segunda agência classificadora de riscos, se assim for exigido pela legislação aplicável para enquadramento de investimento de investidores institucionais;
 - IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos anualmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei n.º 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207, de 1º de fevereiro de 1994;
 - V. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.2.6 abaixo;
 - VI. estruturar ou manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para tal fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
 - VII. manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
 - VIII. não realizar operação, negócio ou atividade que contrarie o disposto no seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes;

- IX. enquanto houver Debêntures em circulação, não tomar parte em qualquer operação ou série de operações por meio das quais seja incorporada ou fundida a qualquer outra Pessoa (conforme definido abaixo) ou permitir que qualquer Pessoa seja a ela incorporada ou, ainda, vender, arrendar ou de outro modo alienar ou transferir, todos os seus ativos permanentes ou parcela substancial dos mesmos a qualquer Pessoa, a menos que (i) a Emissora seja a empresa resultante de tal operação, ou a empresa resultante ("Sucessora") seja uma sociedade constituída no Brasil, em qualquer estado dos Estados Unidos da América ou em outro país *investment grade* e assuma expressamente o pagamento devido de todas as obrigações relacionadas às Debêntures assim como o cumprimento de todos os compromissos e obrigações da Emissora relacionados às Debêntures; e (ii) após a ocorrência de tal evento, a Emissora ou a Sucessora, não estejam descumprindo qualquer dos compromissos ou obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão; e
- X. enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora se compromete a não criar ou permitir a existência de qualquer Garantia outra que as Garantias Permitidas (conforme definido abaixo), seja sobre a totalidade ou parte de receitas ou ativos de sua propriedade, presentes ou futuros (inclusive sobre capital subscrito e não integralizado), destinada a garantir qualquer Emissão de Dívida Externa (conforme definido abaixo) ou garantia sobre ela, exceto no que diz respeito a garantias relacionadas a Emissão de Dívida Externa que não exceda, em seu valor agregado, o equivalente a 30% do Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) da Emissora por ocasião da concessão de tal garantia, sem que, na mesma ocasião, garanta as Debêntures e as obrigações da Emissora contidas na Escritura de Emissão, conforme o caso, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário ou ofereça outra garantia que seja considerada pelo Agente Fiduciário, a seu exclusivo critério, como igualmente vantajosa aos debenturistas, conforme aprovado por debenturistas reunidos em assembléia extraordinária.

Para os fins dessa cláusula, entende-se por:

"Garantia": hipoteca, penhor ou qualquer outro ônus, gravame ou direito de garantia equivalente, incluindo mas não se limitando a qualquer outro criado ou existente de acordo com a legislação brasileira.

"Garantias Permitidas": qualquer Garantia criada sobre créditos advindos de contratos celebrados pela Emissora, representando

créditos a receber devidos à Emissora relacionados a vendas de aço ou derivados efetuadas pela Emissora a qualquer Pessoa.

"Recebíveis": recebíveis relacionados a vendas, sejam elas passadas, presentes ou futuras.

"Dívida": qualquer obrigação ou valor devido (presente ou futuro, real ou contingente) por força de instrumento ou documento envolvendo ou evidenciando empréstimos de dinheiro ou recursos recebidos, adiantamentos de crédito, venda sob condição, transferências com coobrigação ou condicionada à obrigação de recompra ou decorrente de arrendamento com os mesmos efeitos econômicos que qualquer dos instrumentos acima mencionados e que constitua, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, obrigação financeira.

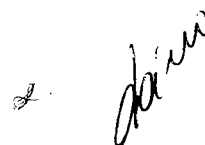
"Dívida Externa": qualquer Dívida pagável (ou passível de pagamento) (i) em moeda, ou atrelada a moeda, que não a moeda corrente no Brasil por ocasião de tal pagamento; e (ii) a Pessoa não residente no Brasil.

"Emissão de Dívida Externa ": qualquer Dívida Externa, seja ela presente ou futura, real ou contingente, representada por títulos, debêntures ou outros valores mobiliários que sejam, no momento ou futuramente, listados ou negociados em qualquer bolsa, sistema de negociação automatizado, mercado de balcão ou outro mercado de títulos e valores mobiliários fora do Brasil.

"Pessoa": qualquer indivíduo, empresa, sociedade, *joint venture*, associação, organização, Estado, agência estatal ou outra entidade, independentemente de possuir personalidade jurídica distinta.

"Patrimônio Líquido": significa, a qualquer tempo, o montante de capital integralizado, reservas e lucros acumulados relacionados nas Demonstrações Financeiras mais recentes da Emissora.

"Demonstrações Financeiras": as mais recentes demonstrações financeiras da Emissora entregues ao Agente Fiduciário de acordo com as disposições desta Escritura de Emissão.



VIII

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora, declarando, sob as penas da lei:
- I. não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
 - II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
 - III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições; e
 - IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983.
- 8.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 8.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura de Emissão, uma remuneração trimestral de R\$2.591,25 (dois mil quinhentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), vencendo-se o primeiro pagamento na data de assinatura desta Escritura de Emissão e os demais no mesmo dia do trimestre subsequente, sendo que a remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 8.2.1 A remuneração do Agente Fiduciário referida nesta Cláusula não inclui as despesas a que se refere a Cláusula 8.2.6 abaixo.

- 8.2.2 Na hipótese desta Escritura de Emissão vir a ser aditada com inclusão de novas obrigações para o Agente Fiduciário, a remuneração será revista de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.
- 8.2.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração trimestral recebida e aquela a que fez jus.
- 8.2.4 A remuneração trimestral do Agente Fiduciário será atualizada pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, anualmente, a partir de 1º de dezembro de 2001, até as datas de cada pagamento, calculada *pro rata* dia se necessário.
- 8.2.5 A remuneração será acrescida apenas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- 8.2.6 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, despesas relacionadas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações previstas nesta Escritura de Emissão, e outras publicações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - II. extração de certidões;
 - III. viagens, incluindo custos razoavelmente incorridos com transporte, hospedagem e alimentação;
 - IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas; e
 - V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

- 8.2.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. No caso de inadimplemento pela Emissora de obrigação de pagar, todas as despesas necessárias com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pela Emissora e, em caso de inadimplemento de pagamento desta, previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas para posterior ressarcimento, pela Emissora, conforme previsto no parágrafo 5º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência
- 8.2.8 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de substituição. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:
- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;

- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. as condições de remuneração do Agente Fiduciário substituto, incluindo, montante, modo de atualização, periodicidade e condições de pagamento serão aquelas previstas nesta Cláusula para o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da Cláusula 3.21 acima; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

8.4 São deveres do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- VI. verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, sempre que julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas e necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, relativas à Emissora;
- XII. solicitar, quando houver indícios que justifiquem, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIV. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, pagamento do Valor Nominal, de Remuneração e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 3.22 acima; e
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVI. colocar o relatório de que trata o inciso XV acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na Bovespa; e
 - (v) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- XVII. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a

que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima:

- XVIII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
 - XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos debenturistas, nos termos do inciso XXI abaixo, as eventuais inadimplências verificadas;
 - XX. comunicar aos debenturistas, nos termos do inciso XXI abaixo, o recebimento de quaisquer comunicações a serem enviadas pela Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão;
 - XXI. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento pela Emissora, de qualquer obrigação assumida nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (i) à CVM;
 - (ii) à Bovespa; e
 - (iii) à Emissora;
 - XXII. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas, se emitidos.
- 8.5 No caso de inadimplemento da Emissora de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 3.22 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Emissora;
 - III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os debenturistas realizem seus créditos; e
 - IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora.
- 8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 3.22 e 3.22.1 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III da Cláusula 8.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas detentores das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação dos debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação.

IX

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 9.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 9.2 A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n.º 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
- 9.4 A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Ressalvadas as disposições expressas previstas nesta Escritura de Emissão ou em lei, e salvo no que se refere a modificações dos *quoruns* para aprovação de determinadas matérias previstas nesta Escritura de Emissão, que dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação de

votos dos debenturistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora ou qualquer de suas controladas, subsidiárias ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.

- 9.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias dos debenturistas.
- 9.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

X

DA RENÚNCIA

- 10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes de emissão consubstanciada na presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer, ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

XI

DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

- 11.1 A Emissora neste ato declara que, nesta data:
- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
 - II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
 - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;



- IV. os termos desta Escritura de Emissão (a) não implicam o inadimplemento da Emissora em qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) não contrariam qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (c) não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial pendente em face da Emissora, em vigor nesta data;
- V. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações exequíveis, válidas e eficazes da Emissora;
- VI. está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere ao pagamento da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS e ao recolhimento das contribuições devidas, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social PIS e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas àquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judiciais ou cujo descumprimento não possa vir a afetar a capacidade financeira da Emissora.
- 11.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.
- 11.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente os debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

XII

DAS DESPESAS

- 12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e a assembléia geral extraordinária dos acionistas da Emissora que deliberou sobre esta emissão de Debêntures.

XIII

DAS NOTIFICAÇÕES

13.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
Rua Lauro Muller 116, 36º andar
22299-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor Jurídico
Telefone: (21) 2586-1436
Fac-símile: (21) 2586 -1432

II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205r
22640-100 Rio de Janeiro, RJ
At.: Juarez Dias Costas – Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

13.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

XIV

DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

PRIMEIRA RERRATIFICAÇÃO DA ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS QUIROGRAFÁRIAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL DATADA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002 (CONT.)

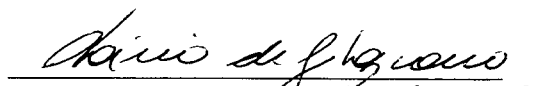
Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2002

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

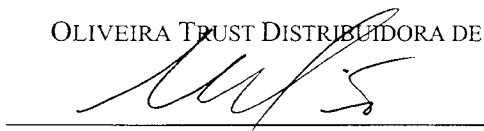


CLÁUDIA DE AZERÊDO SANTOS
Diretor Jurídico

CPF: 667.431.262-53


OTÁVIO DE AGUIAR AZEVEDO
002035707-90
GERENTE DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

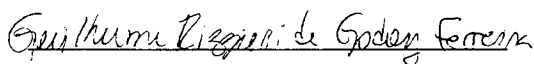
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



CESAR REINALDO LEAL PINTO
DIRETOR

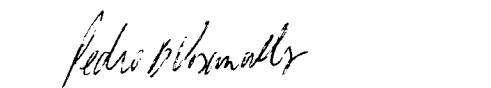
CPF. 371.893.797-20

Testemunhas:



Nome:

Id.: 28.910.177-3 SSP/SP


Nome: PEDRO BARETTO VASCONCELOS
Id.: 10771005-5 JFP/RJ